

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA¹

PEDRO IGNÁCIO SCHMITZ²

ABSTRACT

This paper deals with the condition of the Brazilian Archaeology in the last twenty years. Firstly, it describes the national institutions and the staff and faculty academic qualifications, still not adequated to the country necessities. Secondly, it remarks the Brazilian backwardness in relation to the theoretical-methodological approaches used in the developed countries and the difficult professional and scientific relationships between these countries and Brasil. It also outline the actual researchs, detaching the dominant subjects, the regional concentration and the publication problems of scientific production. At last the paper discourse on the management of the Brazilian archaeological patrimony and the perspectives for the XXI century

Palavras-chave: arqueologia brasileira

1 Texto introdutório do Forum de Avaliação e Perspectivas da Arqueologia Brasileira no XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), setembro de 2001, Rio de Janeiro.

2 Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS. Bolsista do CNPq. E-mail: anchieta@helios.unisinos.br

O desempenho da arqueologia brasileira no final do século XX e a prospecção do que se espera dela no século XXI é um exercício que, para ser válido, só pode ser feito pela comunidade, por mais riscos que a prática em grande grupo pode representar. No caso da comunidade brasileira, que apenas se formou nos últimos vinte anos, os atores do passado e os gestores do futuro convivem no espaço deste congresso e estão igualmente interessados e comprometidos.

A tarefa do arqueólogo seria mais fácil se dele fosse cobrada somente a pesquisa. Mas o que está em questão em nosso exercício é a pesquisa para a produção de novo conhecimento, a disponibilização desse conhecimento para a comunidade nacional e internacional, mais o gerenciamento ou administração dos bens materiais e imateriais que a ele estão ligados. A construção do conhecimento e a administração dos bens a ele ligados têm sentido se eles redundarem no bem-estar da população e se tornarem arqueologia pública.

Minha incumbência, neste momento, é propor alguns itens e fornecer alguns dados que possam servir de base para a discussão e para as propostas e os propósitos que dela possam resultar.

Os itens principais para a avaliação podem ser os seguintes:

- I. A comunidade dos arqueólogos, sua formação e suas instituições,
- II. A pesquisa que realizam,
- III. A disponibilização do conhecimento produzido a seus legítimos destinatários,
- IV. O comprometimento com a administração dos bens materiais e imateriais ligados ou resultantes dessa atividade, incluindo a educação patrimonial.

Diretamente convidados para intervir nesse debate e a formular propostas e estabelecer propósitos e programas são os responsáveis por grupos de pesquisa, diretores de empresas de arqueologia, parques e museus, coordenadores de programas de pós-graduação, representantes de instituições de fomento, sem excluir os jovens, nem os convidados estrangeiros do congresso. A breve contribuição de cada um é importante para a avaliação, mas principalmente para uma perspectiva concreta do que possa ser a arqueologia brasileira daqui a dez anos, junto com o comprometimento para isso de fato possa acontecer.

A COMUNIDADE DOS ARQUEÓLOGOS, SUA FORMAÇÃO, SUAS INSTITUIÇÕES

A Sociedade de Arqueologia Brasileira, composta predominantemente por profissionais nascidos ou residentes no Brasil, conta hoje aproximadamente 240 sócios efetivos e um número um pouco menor de sócios colaboradores.

Destes sócios aproximadamente 60 são doutores, um número um pouco menor são doutorandos, um número menor são mestres e outros são mestrandos. Caracteristicamente uma comunidade jovem, talvez adolescente.

As instituições brasileiras que forneceram os diplomas desses arqueólogos são predominantemente a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Pernambuco, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Só a Universidade de São Paulo concede título em Arqueologia, as demais geralmente em História.

Dessas, a Universidade de São Paulo apresenta, em seu programa, o maior e mais variado corpo docente e também o maior número de alunos em todos os níveis. Oferece opções em arqueologia pré-histórica, arqueologia histórica brasileira e arqueologia do Mediterrâneo.

As outras instituições têm corpo docente muito menor e opções mais reduzidas; algumas têm ou tinham um só orientador para arqueologia.

Para complementar seu corpo docente próprio as instituições usam Professores visitantes para cursos rápidos, mas nem o intercâmbio de professores entre as instituições, nem o contrato mais prolongado de professores estrangeiros se realizam na prática, com algumas exceções.

Disso tudo resulta que as possibilidades de formação no país, embora em razoável crescimento, são insuficientes para formar profissionais em número e qualidade suficientes para atender as necessidades do país.

A pouca estrutura e o pequeno número de programas de pós-graduação no Brasil poderia ter sido compensado por formação no exterior, mas isto não está sendo muito aproveitado. Dos atuais doutores aproximadamente 30% tiveram sua formação no exterior e alguns poucos voltaram para o exterior para programas de pós-doutorado. Esses doutores estão distribuídos pelas diversas instituições.

A relativamente pequena procura de doutorado e pós-doutorado no exterior não se deve à falta de oferta, tendo sobrado bolsas nos órgãos de fomento, durante todos esses anos, mas, entre outras razões, provavelmente à falta de preparo dos possíveis candidatos, ou a compromissos profissionais e pessoais, que não permitem o afastamento do país por vários anos.

Isto dificultou ou atrasou a chegada no Brasil dos movimentos teórico-metodológicos do Primeiro Mundo e dificultou a criação de relações profissionais e científicas com esses países, inclusive para a publicação dos resultados da pesquisa brasileira nas revistas e livros editados nos países do Primeiro Mundo.

A falta de apetência ou de competência para um doutorado no exterior, nas melhores instituições de ensino e pesquisa do Hemisfério Norte, se mostrou ainda este ano, quando o CNPq, através de uma indução voltada para a arqueologia, ofereceu um número livre de bolsas para doutorado no exterior. Nessa mesma indução ofereceu dez bolsas de doutorado para arqueologia, fora de quota, para a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul absorver a demanda reprimida que tinha dificuldade de conseguir bolsas dentro do programa de pós-graduação em História. Essas bolsas não foram ainda suficientes para absorver todos os candidatos, os quais, por razões várias, não se inscreveram na oferta de bolsas para o exterior, ou não foram aceitas para essas bolsas.

Na atual gestão da Sociedade de Arqueologia está sendo negociada a abertura de novos programas, através da colaboração de universidades que têm docentes capacitados, ou a implementação de programas em campos de conhecimento afins possibilitando a formação básica de arqueólogos.

A comunidade existente, se olhada como um todo, encontra-se defasada com relação às comunidades do Primeiro Mundo e mesmo distanciada de países vizinhos da América Latina, com os quais o contato é muitíssimo pequeno.

A pergunta que surge espontaneamente é: O crescimento orgânico observado dá alguma garantia de que a arqueologia do Brasil se tornará representativa na América Latina e no Primeiro Mundo dentro de dez anos? Ou será necessário um investimento extra? Quais são as propostas para que isto aconteça?

Os arqueólogos brasileiros estão distribuídos (poderíamos até dizer, dispersos) em numerosas instituições de caráter público e privado:

universidades e institutos de pesquisa, museus e parques, empresas de prestação de serviço; ou atuam na qualidade de autônomos.

Não há necessidade de um doutorado para a maior parte dos serviços, mas a presença de doutores na coordenação de equipes e na formação de novos profissionais é indispensável. Sua distribuição no país mostra a desigualdade regional observada em toda a vida nacional: 60% dos doutores estão na região Sudeste (especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro), 14% estão na região Nordeste, 14% estão na região Sul (quase todos no Rio Grande do Sul), 8,5% estão na região Centro-Oeste, 3,5% na região Amazônica.

Outro indicador da distribuição podem ser os sócios efetivos da Sociedade de Arqueologia Brasileira, que acentuam ainda mais a desigualdade: 46,6% estão na região Sudeste (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo), 24,7% na região Sul (com predomínio total do Rio Grande do Sul), 14,3% na região Nordeste, 8,1% na região Centro-Oeste, 1% na região Amazônica. De que maneira, e quando, as regiões mais afastadas do litoral, que constituem a absoluta maior parte do território brasileiro, terão condições de constituir a sua história e administrar o seu próprio patrimônio?

Embora instituições dos estados litorâneos executem projetos nessas regiões e desenvolvam convênios de colaboração, essas não podem ser consideradas soluções definitivas. Bolsas de Desenvolvimento Científico Regional, em nível de mestrado e doutorado, também poderiam ser úteis para fortalecer as instituições locais. Certamente o crescimento orgânico vai aumentar o potencial dessas regiões, com a titulação de seus atuais pesquisadores, mas este aumento será sempre inferior ao das áreas que já têm mais doutores e maior desenvolvimento.

Que propostas a comunidade científica teria para equilibrar melhor a situação?

A PESQUISA QUE REALIZAM

Nos projetos arqueológicos não é necessário que todo o trabalho seja executado por doutores. Nas instituições maiores, os orientandos de todos os níveis de formação se constituem naturalmente nos auxiliares imediatos dos pesquisadores seniores e de alguma forma suprem a deficiência de outros técnicos; a colaboração entre setores diferentes

da mesma universidade possibilita um enfoque multi ou interdisciplinar, atendendo, através da soma de forças, as necessidades dos projetos. Embora não seja a situação ideal, é o que mais se pode observar.

Para arqueologia por contrato, desenvolvida por empresas de prestação de serviço ou prestadores autônomos e outras instituições que não podem contar com orientandos de diversos níveis, nem têm especialistas em campos diversificados, podem ser muito úteis, diria até mesmo necessários, profissionais de níveis intermédios, não doutores, nem mestres acadêmicos, mas portadores de formação ampla, que os habilitem a gerenciar bens culturais, seja na fase da identificação, do resgate, do armazenamento e manutenção, da divulgação e da administração geral dos projetos e dos bens deles resultantes. Mestrados profissionalizantes, como o iniciado pela Universidade Católica de Goiás, podem tornar-se importantes para melhor atender este setor e multiplicar os profissionais, sempre cuidando de não invadir o campo de profissões já regulamentadas.

Até a década de 1990 a pesquisa arqueológica era predominantemente acadêmica, ou executada por instituições de ensino e pesquisa. Havia facilidade de bolsas em diversos níveis e abundância de auxílios de parte do CNPq, da FINEP, do IPHAN. Progressivamente foram reduzidas as bolsas do CNPq e suspensos os auxílios, com o que houve considerável retrocesso na arqueologia brasileira. Ainda na década de 1980 a arqueologia tinha aproximadamente 40 pesquisadores no sistema de bolsas do CNPq; com a retirada da categoria III de pesquisador ela perdeu a metade das pessoas que estavam no sistema; entre 1990 e 1995 o número de pesquisadores no sistema caiu de 19 para apenas 9 e só depois de 10 anos o número voltou a 18. Se no período do presidente Sarney havia superabundância de auxílios, os mesmos desapareceram com o presidente Collor e só agora estão retornando, porém muito mais minguados e difíceis de conseguir. Coincidentemente com o retrocesso nos órgãos oficiais surgiram novas oportunidades para os arqueólogos chamados, agora, para a identificação e resgate de bens culturais ameaçados por obras de todos os tipos: surgiu a arqueologia por contrato. Ela não trazia apenas serviço, mas recursos. A consequência foi que a maior parte dos arqueólogos, das universidades, institutos, museus, empresas e autônomos se engajou nesta atividade, que cresce cada dia. Muitos desses trabalhos não trazem contribuição científica imediata direta, mas os dados produzidos podem ser somados e reelaborados

numa tese de doutorado, numa dissertação de mestrado, ou numa comunicação em congresso. Com isso talvez se minore a sensação de que os resultados dos projetos contratados tenham como resultado final apenas um relatório, geralmente muito volumoso e ricamente ilustrado, que serve exclusivamente para atender exigências legais. Instituições universitárias de maior potencial humano e científico podem, facilmente, encarar a tarefa como excelente oportunidade para a produção de conhecimento novo. Muitas vezes estas mesmas universidades (estou pensando especialmente nas de São Paulo) sempre contaram com outro fomento, em programas amplos e variados, das Fundações Estaduais, entre as quais sobressai a FAPESP. Também houve sempre, para alguns projetos, uma colaboração exterior.

A pesquisa que, no começo, tratava mais do período pré-colonial, teve depois o acréscimo da arqueologia histórica brasileira e da arqueologia do Mediterrâneo. Olhando os trabalhos deste congresso, percebe-se forte domínio de estudos das populações indígenas; temas tradicionais continuam fortes, como sambaquis e arte rupestre. Na arqueologia histórica brasileira as construções religiosas continuam merecendo bastante atenção, mas predominam os trabalhos sobre a sociedade civil. Estudos sobre a escravidão são poucos e aparecem intermitentemente. A arqueologia mediterrânea parece estacionária ou até em recesso. Outras áreas do mundo estão praticamente ausentes (América Latina, África, Oriente). Uma forte sensação de diluição das temáticas tradicionais certamente é consequência das necessidades da arqueologia por contrato onde não é o tema, mas o espaço que importa.

Em termos regionais, no presente congresso, há 39 (32% do total) trabalhos ligados à região Sudeste, 34 (28%) trabalhos ligados à região Sul, 22 (18%) trabalhos sobre a Amazônia, 16 (13%) sobre o Nordeste, 11 (9%) sobre a região Centro-Oeste. Esta distribuição mostra, de outra forma, o desequilíbrio regional e a cobertura incompleta do território. Antes o avanço para novas regiões era feito por projetos expansivos como o PRONAPA, o PRONAPABA e outros à sua imitação. Atualmente a expansão se fez principalmente através da arqueologia por contrato, que tem menos autonomia no estabelecimento de suas metas; ela é importante, mas não suficiente, para incorporar estas regiões.

A arqueologia por contrato conseguiu firmar critérios e procedimentos de pesquisa. E a teoria cresce na medida em que se vão consolidando os programas de pós-graduação.

Mas as questões teóricas amplas e as preocupações da arqueologia do Primeiro Mundo ainda repercutem aqui lentamente.

A DISPONIBILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO A SEUS LEGÍTIMOS DESTINATÁRIOS

A divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas não alcançou ainda regularidade e maturidade. Existem diversas publicações de caráter anual, que veiculam, com regularidade, os trabalhos de suas instituições: a Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, a revista do programa de Pós-graduação em História da UFPE, Arquivos do Museu de História Natural da UFMG, Pesquisas, Antropologia, a Revista do CEPA da Universidade de Santa Cruz do Sul. Os congressos e seus anais ainda desempenham um papel fundamental para os membros da comunidade.

A Revista de Arqueologia da SAB, pensada para ser o veículo dos arqueólogos e sua comunicação com o público intelectual, sai irregularmente, muda freqüentemente de formato e política editorial e tem distribuição absolutamente limitada, razão por que pode não ser considerada um bom veículo de comunicação pelo arqueólogo.

Com a intenção de divulgar a arqueologia a Revista USP publicou dois dossiês por ocasião dos 500 anos e outras instituições também aproveitaram esta oportunidade.

No mercado do livro saiu uma boa síntese nacional (Pré-História da Terra Brasilis), em caráter regional há uma excelente síntese da pré-história do Nordeste, e um texto popular sobre os sambaquis, mas a arqueologia pouco diz ao povo, mesmo para a população universitária.

No grande mundo e mesmo na América Latina somos conhecidos mais por nossas deficiências que por nossos resultados. Nas revistas importantes dificilmente sai o trabalho de um brasileiro, exceção feita da Revista de Arqueologia Americana, que tem uma coordenadora brasileira. Nas grandes obras americanas geralmente o Brasil consta por ausência por ser difícil produzir uma síntese sobre temas em que a comunidade local não chegou a um consenso.

Há outras formas de levar o conhecimento ao povo, como o jornal, a televisão, a internet por um lado, os museus, exposições, parques por

outro lado. Neste campo é incontestado o trabalho pioneiro da FUNDHAM (Fundação do Homem Americano, de São Raimundo Nonato).

A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS CULTURAIS

Restaria falar de um item muito importante que é o gerenciamento do patrimônio, tanto daquele que já existe confiado às instituições, quanto daquele que foi pesquisado e permanece no seu lugar de origem. Mas as questões anteriores já são suficientes para nossa reflexão, nossos propósitos e especialmente nossos projetos. Além da comunidade certamente a diretoria, que vai administrar a Sociedade de Arqueologia no próximo biênio, tem uma palavra importante a pronunciar neste momento.

As questões principais que foram abordadas são as seguintes: a formação de novos profissionais, acadêmicos e gerenciadores de cultura; a consolidação das instituições e sua distribuição menos desigual pelo território; o desenvolvimento de uma arqueologia pública, que esteja voltada para o atendimento e bem-estar dos cidadãos (o mercado interno); uma arqueologia atualizada que possa ser compartilhada pela comunidade científica internacional (o mercado externo).

A pergunta básica é: Que arqueologia desejamos para daqui a dez anos. E se o crescimento orgânico sozinho, julgando pelas tendências atuais, não dá garantia de conseguirmos a maturidade necessária, que propostas apresentamos e nos empenhamos em implantar?